



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Cultura

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 256/2016

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Cultura, número SIC em epígrafe, sobre projetos aprovados no Programa de Ação Cultural/ICMS.
2. A Secretaria manifestou-se apenas em sede de recurso hierárquico, deferindo o recurso e o envio das informações no prazo de dez dias. Não obstante, decorrido o prazo estipulado sem disponibilização dos dados, o interessado apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a se manifestar (fl. 4), indicou que as informações requeridas poderiam ser consultadas na internet, fornecendo os *links* para acesso e explicando a forma para realização da pesquisa (fl. 5). Comunicado, o solicitante manifestou inconformidade com a resposta emitida (fls. 6/7).
4. Ao percorrer o caminho eletrônico indicado, constata-se a plena possibilidade de obtenção dos dados solicitados, quais sejam: projetos aprovados, proponente, valor aprovado para captação e valor liberado para movimentação. É verdade que o canal de transparência ativa contém também outras informações, tais como projetos ainda pendentes de aprovação, o que exige do interessado atenção em seu trabalho de busca e consolidação dos dados. No entanto, não é possível caracterizar como negativa de acesso à informação uma situação em que se encontram disponíveis mais dados do que os solicitados no pedido original.
5. De fato, cabe destacar que a Lei de Acesso à Informação promove a transparência ativa, reconhecendo que a disponibilização dos dados em meio de acesso universal desonera o órgão público demandado de seu fornecimento direto, conforme previsto expressamente no artigo 11, §6º, da Lei. Verifica-se, portanto, que o procedimento adotado no caso concreto em apreciação encontra expresso respaldo nas normas de acesso à informação.
6. Ante o exposto, estando os dados solicitados disponíveis em meio de acesso universal devidamente indicado, **conheço do recurso** para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, §6º, da Lei nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.


5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 20 de setembro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO